



**Governo do Estado de Roraima**  
**Secretaria de Estado da Saúde de Roraima**  
*"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"*  
**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PERIFÉRICOS, ATUALIZAÇÃO DO SOFTWARE E CALIBRAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (VENTILADOR PULMONAR) DAS UNIDADES DE SAÚDE DA CAPITAL E INTERIOR, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE RORAIMA EM CONJUNTO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO MENCIONADA:**

O **ESTADO DE RORAIMA**, pessoa jurídica de direito público interno, C.N.P.J. sob o nº **84.012.012/0001-26**, por meio da **Secretaria de Estado Saúde** situada a Rua Madri, nº 180 - Bairro Aeroporto, com doravante denominado **CONTRATANTE**, representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde **XXXXXXXXXX**, com CPF sob o nº **XXXXXXXXXX**, conforme Decreto **XXXXXXXXXX** de xx de xxxx de xxxx, do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, C.N.P.J **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sediada na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador(a) do CPF nº **XXXXXXXXXXXX**, podendo ser encontrado no endereço acima citado, doravante denominado **CONTRATADA**, pactuam o presente Contrato para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PERIFÉRICOS, ATUALIZAÇÃO DO SOFTWARE E CALIBRAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (VENTILADOR PULMONAR) DAS UNIDADES DE SAÚDE DA CAPITAL E INTERIOR**, cuja celebração foi autorizada nos autos do **Processo SEI nº. 20101.049460/2025.71** e que se regerá pela **Lei nº 14.133**, de 1º de abril de 2021, e suas alterações; **Lei complementar nº 123** de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações; **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990; **Lei nº 499**, de 19 de julho de 2005; **Lei nº 8.078**, de 11 de setembro de 1990; **Decreto nº 39.050-E**, de 18 de agosto de 2025; **Instrução Normativa nº 58**, de 8 de agosto de 2022; **Instrução Normativa nº 65** de 7 de julho de 2021; **Instrução Normativa nº 81**, de 25 de novembro de 2022; **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73**, de 30 de setembro de 2022; **RDC nº 59**, de 27 de junho de 2000; **RDC nº 50**, de 21 de fevereiro de 2002; **RDC nº 63**, de 25 de novembro de 2011; **RDC nº 02**, de 25 de janeiro de 2010; **Norma Regulamentadora nº 32 (NR-32)**; **Portaria nº 2.048**, de 05 de novembro de 2002; **Norma Brasileira ISO 13485**, de 31 de maio de 2016; **Norma Brasileira 15943**, de 28 de maio de 2011; **Manual de Acreditação Hospitalar - ONA**, pelos termos da proposta vencedora, e **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº: XXX/XXX**, atendidas às cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

**Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, o Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos, o Termo de Referência e seus anexos, bem como a proposta comercial.**

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** O presente CONTRATO tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PERIFÉRICOS, ATUALIZAÇÃO DO SOFTWARE E CALIBRAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (VENTILADOR PULMONAR) DAS UNIDADES DE SAÚDE DA CAPITAL E INTERIOR**, conforme **Termo de Referência (Ep. 21064528)**.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO

**2.1.** São os constantes do **ANEXO I** do Termo de Referência (TR);

**2.2.** A coluna contendo o código CATSERV apresentados no **ANEXO I** do TR, foram extraídos do site de compras governamentais – [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), os quais suas especificações encontram-se de acordo com as necessidades da Rede Estadual de Saúde do Estado de Roraima;

**2.3.** Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no **ANEXO I** e do Comprasnet, prevalecerá o descritivo constante neste Contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**3.1.** Os Serviços de Manutenção Preventiva, corretiva e a compra das peças de reposição, periféricos, dos equipamentos (ventiladores pulmonares) deverão ser iniciados em até **15 (quinze) dias corridos** a contar do recebimento do Empenho e da última assinatura do Contrato;

**3.2.** Os serviços deverão ser realizados nos locais relacionados na **PLANILHA DO ANEXO II**, do Termo de Referência e conforme tabela abaixo:

UNIDADES HOSPITALARES E SEUS RESPECTIVOS ENDEREÇOS:			
ORD.	UNIDADE/LOCAL	DISTANCIA DA CAPITAL BOA VISTA EM KM	ENDEREÇOS
1	HOSPITAL GERAL DE RORAIMA – HGR	CAPITAL	AV. BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, Nº 3308 – BAIRRO AEROPORTO. BOA VISTA-RR
2	HOSPITAL REGIONAL SUL GOVERNADOR OTTOMAR DE SOUZA PINTO - HRSGOSP	291 KM	RODOVIA BR 174 KM 461, S/N - CENTRO, RORAINÓPOLIS - RR.
3	HOSPITAL MATERNO INFANTIL NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - HMINSN	CAPITAL	AV. PRESIDENTE COSTA E SILVA, Nº.1100 - BOA VISTA - RR.

**3.3.** A CONTRATADA deverá deixar um telefone de contato funcionando **24 horas, todos os dias incluindo fins de semana e feriados**, em que sempre que necessário a unidade de saúde identificar a pane/parada do equipamento, para acionamento do técnico de plantão/serviço;

**3.4.** Tempo de resposta garantido para chamados de manutenção corretiva: até **04 (quatro) horas para Capital e 12 (doze) horas para o Interior**;

**3.5.** A empresa terá um prazo de no máximo **05 (cinco) dias úteis** para providenciar o reparo dos equipamentos.

**3.6.** Quando a manutenção não puder ser executada nas dependências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pela remoção, transporte para as suas dependências e reinstalação dos equipamentos no local designado, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços objeto deste Contrato **serão** recebidos em conformidade com o disposto no Art. 140, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021;

**4.1.1. PROVISORIAMENTE:**

a) De forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade dos serviços com as exigências contratuais.

**4.1.2. DEFINITIVAMENTE:**

a) Por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

b) Após a verificação da qualidade, funcionalidade e consequentemente a aceitação;

c) Neste momento, será atestada a respectiva Nota Fiscal, em seu verso, assinado pelo fiscal do contrato o canhoto da Nota Fiscal.

d) O recebimento definitivo do (s) serviço (s) não deverá exceder o prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento provisório;

**4.1.3. OS SERVIÇOS SERÃO RECUSADOS:**

a) O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, com sua funcionalidade, qualidade e especificações constantes na Proposta da CONTRATADA e no Termo de Referência, devendo ser substituído, à custa da CONTRATADA, sem prejuízo e/ou ônus para a Administração;

b) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

c) Quando apresentarem qualquer defeito durante a verificação de conformidade.

d) Constarão no **TERMO DE RECUSA**, as informações que motivaram a recusa dos serviços, tais como inexecução parcial/total, serviço mal executado, etc.

**CLÁUSULA QUINTA – VISTORIA TÉCNICA**

5.1. A vistoria poderá ser realizada por um responsável técnico credenciado da licitante, acompanhado por um profissional designado pela **Secretaria de Estado da Saúde – SESAU/RR**, impreterivelmente até **3 dias úteis** anteriores à data prevista para a realização da abertura da licitação, em data previamente marcada pelo telefone: **(095) 98414-4490; (095) 98414-4484**, como também pelo e-mail: **cgue@saude.rr.gov.br**, com cópia para o e-mail: **np2.cgue@saude.rr.gov.br**;

5.2. Ao término da vistoria será emitido, em 2 (duas) vias, a **DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**, conforme modelo constante do **ANEXO V do Termo de Referência**. O documento deverá ter a assinatura do responsável pela empresa e do responsável pela unidade de saúde, e ser entregue juntamente com a documentação de Habilitação Técnica.

5.3. Considera-se de grande relevância a realização da vistoria visto que propicia ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto.

5.4. A licitante que optar pela não realização da Vistoria Técnica deverá entregar, juntamente com a documentação da habilitação técnica, **DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA**, conforme modelo constante no **ANEXO IV**, do Termo de Referência.

5.5. O licitante que optar por realizar a Vistoria Técnica, deverá apresentar junto da Habilitação a Declaração de vistoria Técnica assinado por representante da administração e representante legal da empresa, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**CLÁUSULA SEXTA – MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

6.1. Será de ocorrência **PROGRAMÁTICA TRIMESTRAL**, devendo-se ser realizada **MEDIANTE CRONOGRAMA** elaborado pela CONTRATADA, obedecendo às recomendações dos fabricantes de cada item, aprovado pelo gestor e **FISCAL DO SERVIÇO**.

6.2. Deverá atender as exigências do fabricante com trocas anuais de peças; kits programados, e/ou a atualização de softwares, mantendo assim os equipamentos atualizados (contra erros do sistema) e em plena condições de uso;

6.3. A manutenção Preventiva buscará garantir o bom funcionamento onde serão executados serviços de Calibração, Limpezas, Teste de Funcionalidades, e outros serviços como troca de Kit de manutenção preventiva. Esses serviços ocorrerão periodicamente de acordo com orientações do fabricante, obedecendo cronograma elaborado pela CONTRATADA. A soma dos valores referentes a manutenção preventiva trimestral, é o somatório dos valores individuais dos equipamentos, que totaliza os valores trimestrais. A manutenção preventiva será realizada nos seguintes intervalos programados:

6.4. Os serviços a serem prestados em manutenção preventiva incluem a elaboração de diagnósticos, lubrificação, certificações, ajustes e recondicionamento de máquinas, realização de testes e outros, bem como aferições e posteriores calibrações dos equipamentos.

6.5. Durante a execução dos serviços de manutenção preventiva, a CONTRATADA não poderá cobrar insumos, equipamentos, que compoñham a execução do serviço, tais como: escadas, luvas, uniformes, cabos, fitas de acabamento, ferramentas, parafusos, roscas e lubrificantes.

6.6. Os serviços de manutenção preventiva serão executados obedecendo recomendações dos fabricantes de cada item e conforme cronograma de execução, considerando que muitos desses equipamentos trabalham ininterruptamente **24 (vinte e quatro) horas por dia**;

6.7. Os problemas de funcionamentos identificados no momento da manutenção preventiva deverão ser relatados a CONTRATANTE. Caso haja necessidade de reposição de peças, no relatório apresentado deverá constar a identificação das peças e orçamentos;

**CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

7.1. Serviços de manutenção preventiva de acordo com a especificação de fábrica e necessidade.

7.2. Elaboração do cronograma para execução das manutenções preventivas de acordo com os padrões recomendados pelo fabricante;

7.3. Verificar se há vazamentos, obstruções e se todos os componentes estão em bom estado (tubos, válvulas, filtros, etc.).

7.4. Checar Modos de ventilação; Frequência de ventilação; Volumes corrente, de suspiro/gatilho e minuto; Sensibilidade; Calibração do Sensor de Oxigênio; Filtros; Umidificador e Alarmes na condição de monitoramento remoto.

7.5. Testar todos os alarmes de pressão, fluxo, concentração de gases e outros parâmetros de segurança para garantir que funcionem corretamente.

7.6. Inspecionar as mangueiras em busca de rachaduras, ressecamento ou desgaste, e garantir que todas as conexões estejam firmes e seguras.

7.7. Verificar se os monitores estão calibrados e funcionando corretamente, incluindo parâmetros como pressão arterial, frequência cardíaca, saturação de oxigênio, entre outros.

7.8. Certificar-se de que os cilindros de gases estão cheios e devidamente conectados, e que os fluxômetros e reguladores de pressão estão funcionando corretamente.

- 7.9. Verificar as conexões elétricas, a fonte de alimentação e o funcionamento do sistema de backup.
- 7.10. Realizar a limpeza e desinfecção periódica do equipamento, seguindo as recomendações do fabricante e as normas de biossegurança.
- 7.11. É fundamental calibrar o equipamento regularmente para garantir a precisão das medições e dos resultados.
- 7.12. Realizar inspeções visuais para identificar peças danificadas ou com sinais de desgaste, e testes funcionais para verificar o desempenho do equipamento.
- 7.13. Emissão de um novo Certificado de calibração.
- 7.14. Emissão dos relatórios de serviços de manutenções preventivas para comprovação dos cuidados essenciais ao equipamento com os resultados dos testes e descrição das atividades executadas, tais como: de segurança elétrica; dos dispositivos de segurança; proteção ao paciente e testes funcionais;

#### CLÁUSULA OITAVA – RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

8.1. Ao final de cada mês, a CONTRATADA deverá consolidar as informações das ordens de serviços em um relatório tipo tabela, e entregar ao fiscal do contrato que analisará juntamente com as ordens de serviços de forma digital/eletrônico onde devem constar descrição detalhada de manutenção preventiva em cada equipamento, como também marca, modelo, número de série e número de tombamento patrimonial do(s) equipamento bem como serviço realizado (lubrificação, ajustes e etc). O relatório de execução deve ser dividido em colunas, onde cada coluna deve ser:

- 8.2. Primeira Coluna: Número da Ordem de serviço;
- 8.3. Segunda Coluna: Data da execução do serviço;
- 8.4. Terceira Coluna: Número de tombamento do equipamento, caso o mesmo esteja sem identificação identificar "S/T";
- 8.5. Quarta Coluna: Descrição do equipamento ou Nome do equipamento;
- 8.6. Quinta Coluna: Marca do equipamento;
- 8.7. Sexta Coluna: Modelo do Equipamento;
- 8.8. Sétima Coluna: Número de Série do equipamento;
- 8.9. Oitava Coluna: Descrição do Serviço realizado;
- 8.10. Nona Coluna: Nome do Técnico responsável pelo serviço;
- 8.11. Décima Coluna: Valor unitário do equipamento faturado no período;
- 8.12. Todas as informações devem estar na mesma linha, na horizontal.
- 8.13. Na última linha devem estar a soma de todos os equipamentos que passara pelo serviço de manutenção naquele período, segue modelo abaixo:

RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DO "MÊS XXXXX 2025"										
Nº ORDEM DE SERVIÇO	DATA DO SERVIÇO	UNIDADE DE SAÚDE	TOMBAMENTO	NOME DO EQUIPAMENTO	MARCA	MODELO	Nº DE SÉRIE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TÉCNICO RESPONSÁVEL	S
XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	
VALOR TOTAL										R\$

#### CLÁUSULA NONA – MANUTENÇÃO CORRETIVA

9.1. Busca corrigir erros, paradas e outros tipos de defeitos que façam com que o equipamento fique inoperante, substituindo peça(s); periférico(s) e outros. Toda reposição de peças deve garantir que o equipamento tenha as mesmas condições de fábrica, pois as peças trocadas deverá ser originais e novas, não remanufaturadas. A CONTRATADA efetuará a reposição de peças mediante autorização da CONTRATANTE.

9.2. A Manutenção Corretiva ocorrerá quando o equipamento apresentar pane/parada inesperada e qualquer defeito que coloque em risco a operacionalização do equipamento bem como a segurança do usuário. Sendo necessária parada do equipamento.

9.3. Os valores destinados a reposição de peças: *São a soma dos valores referentes a manutenção corretiva anual, corresponderá ao adicional de 40% sobre o valor total de preventiva anual*, que poderá ser utilizado de acordo com a necessidade dentro do período vigente do contrato;

9.4. A manutenção corretiva com reposição de peças ocorrerá somente mediante aprovação da proposta de troca de peça e ordem de serviço emitida pela CONTRATANTE, quando houver pane no equipamento, que leve à parada total ou parcial de seu funcionamento;

9.5. Manutenção corretiva com ou sem reposição de peças: a manutenção corretiva tem como objetivo sanar avarias que venham a ocorrer durante o funcionamento dos equipamentos; quando há necessidade de desmontagem geral e substituição e/ou reparos de componentes internos e/ou externos.

9.6. As Manutenções corretivas com peças, os serviços reparadores com fornecimento de peças e acessórios, serão realizadas através da emissão de Relatório Técnico, pela CONTRATADA, especificando o defeito apresentado e as peças que necessitam ser substituídas, ordem de serviço (OS), no interesse da Administração Pública, mediante assinatura dos Fiscais e do (a) Direção da Unidade;

9.7. A CONTRATADA deverá fornecer (sempre que for solicitado) lista contendo identificação/troca das peças danificadas e/ou em condições precárias de uso, que possam implicar na confiabilidade e segurança do equipamento;

9.8. No serviço de Manutenção Corretiva com reposição de peças, a CONTRATADA receberá somente o valor da peça apresentada na proposta emitida;

9.9. As peças apenas serão substituídas mediante orçamento prévio, realizado pela CONTRATADA, após a EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO, por escrito, assinado por profissional habilitado, demonstrando a necessidade da troca;

9.10. **Proposta de reposição de peças:** A CONTRATADA sempre que identificar necessidade de reposição de peças deverá elaborar Proposta de reposição de peças onde devem conter as seguintes informações: Numero da Proposta, Unidade de saúde onde o equipamento está lotado, data de emissão da propostas, validade de proposta, garantias da peça a ser trocada/substituída. Cada propostas deve ser individual para cada equipamento e deve conter uma tabela com contendo o descritivo abaixo:

- 9.10.1. Primeira Coluna: Item da tabela;
- 9.10.2. Segunda Coluna: Número de tombamento do equipamento, caso o mesmo esteja sem identificação identificar "S/T";
- 9.10.3. Terceira Coluna: Descrição do equipamento ou Nome do equipamento;
- 9.10.4. Quarta Coluna: Marca do equipamento;
- 9.10.5. Quinta Coluna: Modelo do Equipamento;
- 9.10.6. Sexta Coluna: Número de Série do equipamento;

**9.10.7.** Sétima Coluna: Descrição do Serviço realizado;

**9.10.8.** Oitava Coluna: Descrição das Peças;

**9.10.9.** Nona Coluna: Quantidade de peças necessárias para o serviço;

**9.10.10.** Décima Coluna: Valor unitário das peças trocadas;

**9.10.11.** Décima Primeira: Valor total das peças trocadas;

**9.10.12.** Todas as informações devem estar na mesma linha, na horizontal.

**9.10.13.** Na última linha devem está a soma de todas as peças a serem substituídas no equipamento que passaram pelos serviços de manutenção, segue modelo abaixo;

PROPOSTA TROCA DE PEÇAS Nº "00001"										
Nº ORDEM DE SERVIÇO	DATA DO SERVIÇO	TOMBAMENTO	UNIDADE DE SAÚDE	NOME DO EQUIPAMENTO	MARCA	MODELO	Nº SÉRIE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DA PEÇA	QUAN
XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	X
XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	X
VALOR TOTAL										

**9.11.** Todos os serviços, além de técnicos qualificados, devem contar com a utilização de ferramentas calibradas e controladas de acordo com as exigências das normas de qualidade local e da fábrica.

**9.12.** Ao final de cada mês, a CONTRATADA deverá consolidar as informações das Ordens de Serviços em um relatório tipo tabela, e entregar ao fiscal do contrato que analisará juntamente com as ordens de serviços de forma digital/eletrônico onde devem constar descrição detalhada de manutenção corretiva em cada equipamento, como também marca, modelo, número de série e número de tombamento patrimonial do(s) equipamento bem como serviço realizado (reposição de peças e etc). O relatório de execução deve ser dividido em colunas, onde cada coluna deve ser:

**9.12.1.** Primeira Coluna: Número da Ordem de serviço;

**9.12.2.** Segunda Coluna: Data da execução do serviço;

**9.12.3.** Terceira Coluna: Número de tombamento do equipamento, caso o mesmo esteja sem identificação identificar "S/T";

**9.12.4.** Quarta Coluna: Unidade de Saúde

**9.12.5.** Quinta Coluna: Descrição do equipamento ou Nome do equipamento;

**9.12.6.** Sexta Coluna: Marca do equipamento;

**9.12.7.** Sétima Coluna: Modelo do Equipamento;

**9.12.8.** Oitava Coluna: Número de Série do equipamento;

**9.12.9.** Nona Coluna: Descrição do Serviço realizado;

**9.12.10.** Décima Coluna: Descrição da peça

**9.12.11.** Décima Primeira: Quantidade de peça

**9.12.12.** Décima Segunda: Valor da Peça

**9.12.13.** Décima Terceira: Desconto

**9.12.14.** Décima Quarta: Valor Total de Peças

**9.12.15.** Décima Quinta: Técnico Responsável

**9.12.16.** Todas as informações devem estar na mesma linha, na horizontal.

**9.12.17.** Na última linha devem estar a soma de todos os equipamentos que passara pelo serviço de manutenção naquele período, segue modelo abaixo:

RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DA MANUTENÇÃO CORRETIVA										
Nº ORDEM DE SERVIÇO	DATA DO SERVIÇO	TOMBAMENTO	UNIDADE DE SAÚDE	NOME DO EQUIPAMENTO	MARCA	MODELO	Nº SÉRIE	DESCRÇÃO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DA PEÇA	QUAN
XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX
XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX
VALOR TOTAL										

#### CLÁUSULA DÉCIMA – MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EMERGÊNCIA

**10.1.** Deverá ser realizada quando ocorrerem problemas graves de funcionamento, ou defeitos que venham interferir no bom funcionamento do equipamento;

**10.2.** Para a Capital - Os chamados emergenciais deverão ser atendidos em até 02 (duas horas) após o recebimento, pela empresa, da solicitação feita pelo setor competente da Secretaria de Estado da Saúde, não existindo limitações quanto ao número de chamados extraordinários; nesses casos, os serviços poderão ser autorizados sem o orçamento prévio.

**10.3.** Para o interior - Os chamados emergenciais deverão ser atendidos em até 06 (seis horas) após o recebimento, pela empresa, da solicitação feita pelo setor competente da Secretaria de Estado da Saúde, não existindo limitações quanto ao número de chamados extraordinários; nesses casos, os serviços poderão ser autorizados sem o orçamento prévio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RETIRADA DE EQUIPAMENTOS

**11.1.** Quando não for possível realizar a manutenção do equipamento dentro da unidade, a empresa ao identificar a necessidade de retirada do equipamento, a mesma deve comunicar o setor onde o equipamento está lotado, deve-se obter autorização dos setores responsáveis pelo controle de bens da unidade para efetuar a retirada, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA o traslado e custos para retirada e devolução do equipamento a unidade. Sendo necessário apresentar certificado de que o equipamento está em plenas condições de uso e dentro das qualidades exigidas do fabricante, após o retorno para a unidade.

**11.2.** Se o equipamento for necessário envio para outra cidade ou Estado, o tempo de execução de serviços não pode **ultrapassar 30 dias úteis**;

**11.3.** Quando a manutenção for realizada em laboratório local, o tempo do equipamento fora da unidade de origem **não pode ser superior a 5 dias corridos**.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**12.1.** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à SESA/RR;

**12.2.** Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a execução do contrato;

**12.3.** Executar a prestação dos serviços de acordo com o especificado neste Contrato;

**12.4.** Prestar à CONTRATANTE, regular execução do serviço e nas mesmas quantidades requisitadas neste Contrato;

**12.5.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto a prestação dos serviços;

**12.6.** A CONTRATADA será responsável pelos danos que causar diretamente devidamente comprovados, excetuados aqueles por dano indireto, especial, incidental ou consequente de conexão com o pagamento correspondente com esse termo. Em nenhum momento, será responsável por qualquer perda ou avaria resultante de falha no instrumento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

**12.7.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela SESA/RR, durante a execução dos serviços;

**12.8.** Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da **Coordenadoria Geral de Urgência e Emergência-CGUE**, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, da mesma, visando o fiel cumprimento do contrato;

**12.9.** Comunicar a **Coordenadoria Geral de Urgência e Emergência-CGUE**, por escrito qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários, através dos telefones: **(095) 98414-4490 ou (095) 98414-4484**, como também pelo e-mail: **cgue@saude.rr.gov.br**.

**12.10.** Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações: sociais, trabalhistas, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, que resultem na execução do objeto deste instrumento;

**12.11.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos serviços, inclusive considerados os casos de paralisação de qualquer natureza;

**12.12.** Os serviços ocorrerão periodicamente de acordo com orientações do fabricante, obedecendo cronograma elaborado pela CONTRATADA, **que deverá comunicar a Coordenadoria Geral de Urgência e Emergência-CGUE**, através dos telefones **(095) 98414-4490 ou (095) 98414-4484**, como também pelo e-mail: **cgue@saude.rr.gov.br**, caso haja novo cronograma, demonstrando os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, para análise e possível aprovação por parte da Administração;

**12.13.** Notificar a CONTRATANTE sobre quaisquer alterações decorrentes de sua razão social, contrato social, mudança de endereço, diretoria, telefone, entre outras, providenciando a documentação preferencialmente autenticada para envio a CONTRATANTE no prazo de **30 (trinta) dias corridos** da alteração verificada.

**12.14.** A empresa CONTRATADA deverá ter Assistência Técnica devidamente qualificada para os equipamentos;

**12.15.** Possuir equipamentos de testes e aferições necessários para o serviço a ser realizado, com instrumentos devidamente calibrados;

**12.16.** Possuir jogo completo de ferramentas necessárias para a realização do serviço;

**12.17.** Quando a manutenção corretiva com a reposição de peças não puder ser executada nas dependências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pela remoção, transporte para as suas dependências e reinstalação dos equipamentos no local designado, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**13.1.** Fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias à CONTRATADA para o fiel cumprimento das obrigações decorrentes da execução do objeto do presente Contrato;

**13.2.** Não permitir o recebimento dos serviços em desacordo com o preestabelecido neste Contrato;

**13.3.** Efetuar o (s) pagamentos (s) nas condições e preços pactuados da (s) Nota Fiscal (ais) / Fatura (s) da CONTRATADA, após efetiva execução dos serviços e atesto do Fiscal do Contrato;

**13.4.** Proporcionar facilidades necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços.

**13.5.** Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas durante toda a execução do contrato;

**13.6.** Analisar a solicitação da CONTRATADA, no que se refere à prorrogação de prazo para o início da execução dos serviços;

**13.7.** Notificar a CONTRATADA por escrito toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços que estejam em desacordo com os exigidos neste Contrato, para que sejam adotadas medidas corretivas necessárias;

**13.8.** Solicitar da CONTRATADA, a comprovação de que os valores são iguais ou compatíveis com o cobrado em outros contratos;

**13.9.** Por fim, providenciar para que o Contrato seja cumprido fielmente por parte da CONTRATADA;

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIA DOS SERVIÇOS

**14.1.** Garantias dos Serviços: OS serviços executados de manutenção corretiva terão um prazo de garantia de:

**14.1.1.** Toda reposição de peças, deve ser emitido certificado de garantia, ou apresentado certificado de garantia de fábrica;

**14.1.2.** Nos casos onde a fábrica não emite garantias, a CONTRATADA deve garantir:

- **90 (noventa) dias** para as peças substituídas;

- **90 (noventa) dias** para a mão de obra executada;

**14.2.** Vantajosidade: O fiscal, juntamente com o Gestor do processo e os Diretores da unidades onde o equipamento lotado apresentar defeito, deverá sempre verificar a vantajosidade quando no procedimento de reposição de peças. Deverá observar que o somatório da reposição de peças não ultrapassarão o equivalente a 60% do valor de mercado do equipamento, deverá ser avaliado o custo benefício, observando sempre que as peças trocadas no mínimo têm garantias de 90 (noventa) dias.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS

15.1. Equipamentos que serão adquiridos em data posterior a celebração desta contratação, poderão ser adicionados ao Contrato de Manutenção após o término do período de garantia.

15.2. A **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021**, prevê no artigo 124 c/c artigo 125 a possibilidade de modificação contratual, *in verbis*:

**Art. 124.** Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

(...)

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

**Art. 125.** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

15.3. Os itens a serem incluídos obedecerão os valores unitários constante na Proposta de Preços anexa ao Contrato;

15.4. Caso o equipamento não conste no rol dos itens do Contrato, será realizada cotação de preços.

15.5. Quando necessário o fiscal do CONTRATO fará a exclusão de equipamentos nos seguintes motivos:

a) Não tiver condições de conserto por falta de peças no mercado ou;

b) O valor da manutenção do equipamento for superior 60% do valor do bem ou;

c) For declarado sua obsolescência;

15.6. Para **Exclusão** de equipamentos, o fiscal do CONTRATO deverá receber Laudo Técnico emitido pela empresa CONTRATADA atestando a necessidade da exclusão de equipamentos;

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1. A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por **no mínimo 01 (um) servidor**, doravante denominado FISCAL, designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o Art. 117 da Lei nº 14.133/21;

16.2. O Fiscal de Contrato deve ser, preferencialmente, nomeado dentre servidores efetivos, que não sejam diretamente subordinados à unidade ou a outros setores responsáveis pela elaboração ou gerência do contrato a ser fiscalizado, na respectiva Secretaria ou Órgão de Gestão;

16.3. Na hipótese da impossibilidade de atendimento do dispositivo acima, a nomeação do servidor deve ser precedida da devida justificativa;

16.4. O Fiscal de Contrato deve ter, preferencialmente, fundado conhecimento técnico atinente ao serviço executado ou produto adquirido, especialmente nos casos que versarem sobre serviços e/ou produtos de natureza não comuns;

16.5. É dever do Fiscal do Contrato proceder, previamente ao atestado de cada fatura, a análise de documentos atinentes à regularidade de registros e conformidades quanto às responsabilidades tributárias, previdenciárias, trabalhistas, assim como, quaisquer outros documentos exigidos da CONTRATADA no instrumento contratual;

16.6. Uma vez finalizada a execução do contrato e tendo sido devidamente atestado a regular entrega dos produtos adquiridos, o Fiscal do Contrato deverá emitir, neste caso, o **ATESTADO DEFINITIVO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PERIÓDICOS** conforme **ANEXO VI** do Termo de Referência, sendo considerado, nesse ato, concluídas as atividades do fiscal frente ao respectivo contrato;

16.7. O Fiscal do Contrato que atestar a fatura, nota fiscal, ou documento com igual finalidade, declara neste ato que o serviço ou material a que se refere foi satisfatoriamente prestado ou integralmente fornecido, nos exatos termos e exigências fixadas no termo contratual;

16.8. O ateste equivocado quanto à qualidade e condições de entrega do produto ou prestação do serviço, bem como a emissão do Atestado de Recebimento de Material Definitivo ou o Atestado de Realização dos Serviços Definitivos, acima mencionados, constitui ato passivo de responsabilização do servidor, nos termos da legislação em vigor;

16.9. A nomeação de servidor público para a execução das atividades de Fiscal de Contrato, nos termos do art. 109, incisos III e VI, da Lei Complementar nº 053/2001, constitui obrigação inerente à atividade do servidor público, notadamente o dever de exercer com zelo e dedicação as atribuições legais e regulamentares essenciais ao cargo, bem como, o cumprimento de ordens superiores, não cabendo alegação de recusa à designação, exceto quando se tratar de ato manifestamente ilegal;

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Os Licitantes/Contratados sujeitam-se às regras e condições estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência e no Edital. Em caso de responsabilização administrativa seguirão os termos dos **artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/21** sem prejuízo de demais providências administrativas cabíveis, configurando-se como **infrações** as seguintes condutas:

I) dar causa à inexecução parcial do contrato;

II) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III) dar causa à inexecução total do contrato;

IV) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicáveis nas hipóteses de infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes sanções:

a) *Advertência por escrito* em caso de atraso injustificado na execução do contrato;

**a.1.** Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista **no subitem 17.1. inciso I**, deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**b) Multa;**

**b.1.** Multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não sendo inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada aos responsáveis por qualquer das infrações administrativas previstas **no subitem 17.1. incisos de "I" a "XII"**, sendo possível a cumulação;

**c) Impedimento de Licitar e contratar;**

**c.1.** Impedimento de Licitar e contratar, será aplicada aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas nos subitens do **subitem 17.1. incisos "II, III, IV, V, VI, VII"** deste Instrumento quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o(s) responsável(is) de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**d) Declaração Inidoneidade para licitar ou contratar**, que será precedida de análise jurídica e observará as regras estabelecidas em Lei, da aplicação será de competência exclusiva da Autoridade Máxima do órgão/entidade;

**d.1.** Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas **nos subitens 17.1. incisos "VIII, IX, X, XI e XII"** deste Instrumento;

**d.2.** Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar, aplicável também pelas infrações administrativas previstas nos **subitens 17.1. incisos "II, III, IV, V, VI e VII"** desde **que justifiquem a imposição de penalidade mais grave** que a sanção de Impedimento estipulada **do Subitem 17.2 alíneas c) e c.1).**

**d.3.** A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, **pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.**

**17.3.** Se a sanção de multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

**17.4.** Na aplicação das sanções serão observados os princípios norteadores da Administração Pública na dosimetria da sanção, bem como a natureza e gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela decorrerem para a Administração Pública.

**17.5.** As sanções aplicáveis não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**17.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – VIGÊNCIA CONTRATUAL

**18.1.** O prazo de vigência da contratação será de **24 meses** contados da assinatura deste contrato, nos termos do **artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021**, prorrogável por **até 10 anos**, conforme **artigo 107** da mesma Lei.

**18.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

**18.3.** Tendo seu início a partir da data da última assinatura tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

**19.1.** O Regime Jurídico dos Contratos Administrativos confere à Administração as prerrogativas de modificar, extinguir ou fiscalizar a execução, no qual as alterações observarão os casos previstos no **Art. 124** da Lei nº 14.133/21, desde que haja interesse público e as devidas justificativas nas:

**I)** Alterações Unilaterais pela Administração, nos moldes do art. 124, inciso I e alíneas "a" e "b";

**II)** Alterações por Acordo Entre as Partes, nos moldes do art. 124, inciso II e alíneas "a", "b", "c", "d";

**19.2.** Nas alterações unilaterais a que se refere o **subitem 19.1, inciso I**, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

**19.3.** As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação.

**19.4.** Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

**20.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato as Inexecuções Totais ou Parciais das obrigações, descumprimentos de normas editalícias, prazos, atrasos, razões de interesse público, desde que formalmente motivadas nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, em observância ao disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

**20.2.** A extinção do contrato poderá ser:

**a)** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**b)** Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;

**c)** Determinada por decisão arbitral, ou por decisão judicial.

**20.3.** A extinção administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente.

**20.4.** Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo;

**20.5.** A extinção por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento;

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

**21.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL

**22.1. No ato de assinatura do Contrato, a CONTRATADA apresentará a SESAU a garantia de execução contratual, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, de acordo com o art. 98, e §1º da Lei nº 14.133/2021;**

**22.2. A garantia contratual de que trata este item poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas em Lei e adiante descritas, com validade do prazo contratual.**

**22.3. São modalidades de garantia, na forma do art. 96, §1º da Lei nº. 14.133/2021:**

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**22.4. A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pela não conclusão ou conclusão incompleta dos serviços e pelas eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.**

**22.5. A garantia prestada em dinheiro deverá ser depositada em conta do Banco do Brasil S/A a ser indicada pelo SESAU, vinculada ao contrato, a fim de manter a sua atualização financeira, de acordo com o art. 96, § 1º da Lei nº. 14.133/2021.**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE**

**23.1. A Nova Lei de Licitações estabelece no Art. 25, §7º, que independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.**

**23.2. Poderá ser admitido o primeiro reajuste de contrato com o interregno mínimo de 1 (um) ano tendo como base o Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial Acumulado (IPCA-E) com data-base vinculada à data do orçamento estimado no período contados da data limite para apresentação do orçamento estimado, consoante o Art. 182, Lei 14.133/21;**

**23.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1(um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;**

**23.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela Legislação então em vigor;**

**23.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente;**

**23.6. Toda e qualquer solicitação de reajuste deverá ser submetida à análise e aprovação do órgão competente da Administração Pública.**

**23.7. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA - E Índice Nacional de Preços ao Consumidor Especial Acumulado, com base na seguinte fórmula:**

$R = V \times I$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I = Índice acumulado do período.

**23.8. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.**

**23.9. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**24.1. O preço definido no valor do contrato permanecerá fixo e irrevogável, salvo hipóteses de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que deverá ser comprovado pelo CONTRATADO e aprovado pelo CONTRATANTE;**

**24.2. O reequilíbrio de que trata este item será deliberado pela administração a partir de requerimento formal do interessado, o qual deverá vir acompanhado de documentação comprobatória do incremento dos custos, gerando eventuais efeitos a partir da protocolização do requerimento, e nunca de forma retroativa.**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CRITÉRIOS DE FATURAMENTO E PAGAMENTO**

**25.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente preferencialmente do BANCO DO BRASIL S/A indicada pela CONTRATADA, até 30 (trinta) dias úteis após o protocolo de entrada da Nota Fiscal devidamente atestada junto à CONTRATANTE:**

**25.1.1. No dever de pagamento pela Administração relativo a fornecimento de bens ou execução de serviços, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada, salvo quando das preferências do § 1º, art. 141, da Lei nº 14.133/2021;**

**25.2. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e conta corrente onde deverá ser feito o pagamento via ordem bancária, bem como o número do Processo, do Pregão Eletrônico, Contrato e/ou Empenho e Descrição detalhada dos bens ou serviços faturados;**

**25.3. Será também observado para o pagamento, o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.335, de 03 de agosto de 2001, alterado pelo Decreto nº 6.618-E, de 08 de setembro de 2005;**

**25.4. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, com as informações que motivaram sua rejeição, para as necessárias correções, contando-se o prazo para pagamento, a sua reapresentação.**

**25.5. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Governo do Estado de Roraima em favor do FORNECEDOR. Sendo o valor superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário;**

**25.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;**

**25.7. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.**

**25.8. A NOTA FISCAL DEVERÁ SER EMITIDA NO CNPJ DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE Nº 84.013.408/0001-98.**



**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

26.1. O valor estimado da contratação tem a seguinte composição:

26.2. Valor total Estimado do **LOTE I - CAPITAL - R\$ 1.350.055,84** (um milhão trezentos e cinquenta mil e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos);

Valor total Estimado do **LOTE II - CAPITAL - R\$ 689.702,44** (seiscentos e oitenta e nove mil setecentos e dois reais e quarenta e quatro centavos);

26.3. Valor total Estimado do **ITEM 6 - CAPITAL - R\$ 586.980,80** (quinhentos e oitenta e seis mil novecentos e oitenta reais e oitenta centavos);

26.4. Valor total Estimado do **ITEM 7 - CAPITAL - R\$ 161.419,72** (cento e sessenta e um mil quatrocentos e dezenove reais e setenta e dois centavos);

26.5. Valor total Estimado do **ITEM 8 - CAPITAL - R\$ 1.467.452,00** (um milhão quatrocentos e sessenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e dois reais);

26.6. Valor total Estimado do **ITEM 9 - CAPITAL - R\$ 293.490,40** (duzentos e noventa e três mil quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos);

26.7. Valor total Estimado do **ITEM 10 - INTERIOR - R\$ 58.698,08** (cinquenta e oito mil seiscentos e noventa e oito reais e oito centavos);

26.8. Valor total Estimado do **ITEM 11 - INTERIOR - R\$ 14.674,52** (quatorze mil seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos);

26.9. Valor total Estimado do **ITEM 12 - INTERIOR - R\$ 73.372,60** (setenta e três mil trezentos e setenta e dois reais e sessenta centavos);

26.10. O valor total estimado da contratação de empresa especializada em manutenções preventivas e corretivas com reposição de peças, acessórios e periféricos dos equipamentos (VENTILADOR PULMONAR) das unidades de saúde da capital e interior é de **R\$ 4.695.846,40 (quatro milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos)**, de acordo com os critérios adotados pela Gerência Especial de Cotação GERCOTPRE/NPSESAU/RR, conforme **Análise Crítica de Pesquisa de Preços (EP. 20974314)**, cujos valores neles contidos são de inteira responsabilidade de seus elaboradores.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

27.1. As despesas decorrentes conforme o objeto deste Contrato, correrão na conta dos recursos consignados no orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, conforme abaixo:

a) **Programa de Trabalho:** 10.302.078.2434/01

b) **Elemento de Despesa:** 33.90.30/33.90.39

c) **Fonte de Recurso:** 1500.1002/1600.0000

d) **Empenho:** Estimativo

Parágrafo Único. Para cobertura das despesas relativas ao corrente exercício foi emitida **nota de empenho nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, de XX.XX.XXXX, no valor de R\$XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, a conta da dotação especificada nesta cláusula.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

28.1. Os casos omissos e as dúvidas que surgirem quando da execução do objeto, constante deste Contrato serão resolvidos entre as partes contratantes por procedimento administrativo e também utilizando-se meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

29.1. A publicação do presente Contrato será efetuada, pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 94, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DO FORO**

30.1. Fica eleito o foro da comarca de Boa Vista - Roraima para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste Contrato.

E por se acharem justas e acordadas, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento para que surta todos os efeitos em Direito previstos.

Boa Vista/RR, data constante no sistema.

(assinado digitalmente)

XXXXXXXXXXXX

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE  
CONTRATANTE

(assinado digitalmente)

REPRESENTANTE LEGAL  
EMPRESA  
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Tsuyoshi Doi Junior, Diretor do Departamento de Apoio às Licitações e Contratos**, em 27/04/2026, às 15:20, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **22181174** e o código CRC **B83B6CC3**.